

Eleições e crise brasileira

Sérgio F. Quintella*

Em excelente ensaio preparado para o livro *A crise brasileira e a modernização da sociedade*, a historiadora e socióloga Aspásia Camargo examina características da sociedade brasileira e afirma, em síntese elegante e precisa, que, "a despeito de sua enorme complexidade e de suas dimensões múltiplas, a origem fundamental da crise brasileira é uma só: as instituições semifalidas ora entrincheiram-se em seu passado de práticas e tradições obsoletas que se recusam a morrer, ora buscam por caminhos transversos a adesão incondicional à modernidade, cujos contornos são ainda imprecisos. Como Janus, o deus romano das portas, alimentamos a nossa dupla face, uma voltada para o passado e outra para o futuro, sem saber ao certo qual porta fechar, qual abrir". ("Os paradoxos da modernidade incompleta.").

Faltam poucos dias para as eleições presidenciais e é pena que a campanha (como já ocorrera na da Constituinte) pouco tenha contribuído para elevar os nossos padrões políticos, especialmente pela discussão aprofundada de idéias, programas e projetos de governo. Pena que a crise global — crise financeira, crise política, crise das instituições, crise moral e ética — tenha ficado confinada aos seus aspectos mais "populares", e por isto mesmo ignoradas as razões maiores e mais profundas. Pena que a nação que soube construir uma economia enorme, pujante e diversificada, mas que ainda não encontrou os caminhos da modernidade completa, não saiba, ainda, o que a espera após a posse do novo presidente. Talvez seja essa, entre tantas outras, uma das formas de exteriorização mais óbvia, mais dramática e por isto mesmo mais lamentável da modernidade incompleta a que se refere Aspásia Camargo. Chamado às urnas, o eleitorado está perplexo e inseguro.

Não obstante é preciso fazer escolhas. No curto prazo, a prioridade absoluta é o combate à inflação, sem novas tentativas de congelamentos artificiais (e por isto mesmo inócuos) de preços, salários e câmbio. Ao contrário, o caminho será o da liberalização dos preços, da livre negociação dos salários e, claro, da inequívoca austeridade fiscal,

reduzindo despesas de custeio, recompondo a receita tributária, combatendo a sonegação de impostos. Com austeridade, competência e credibilidade, não há por que se preocupar com as dívidas interna e externa, uma e outra passíveis de ajustamento natural pelas forças de mercado. A longo prazo, os problemas são de maior dimensão e envolvem opções de natureza estratégica. No campo internacional, a década de 80 termina com novos atores e novos cenários. O centro financeiro desloca-se de Nova Iorque para Tóquio e Frankfurt. Predominam os interesses regionais e não mais os multilaterais (onde as nações em desenvolvimento encontravam melhor guarida). Avança célere a integração dos mercados americano e canadense (com a atração do México). Na Europa ocidental, com a aproximação da unificação de 1992, há todo um novo e fascinante movimento de reestruturação e realocação econômica, ampliado agora com as importantes mudanças políticas e econômicas na Polônia, na Hungria e brevemente em outros países do Leste europeu (para não citar a própria União Soviética). Na Ásia, sob a influência do Japão, desenvolvem-se a Coreia, China, Taiwan e Cingapura. Novos mercados, novos produtos e novas geografias, demandando enormes somas de capital, de esforço tecnológico e de atenção gerencial. O Brasil não pode disputar, apenas, ofertando matérias-primas e mão-de-obra barata, um e outro fatores secundários na nova economia internacional. A opção do Brasil terá que ser feita, e logo, para evitar os riscos de se tornar uma nação periférica no processo dinâmico de reorganização econômica internacional.

Não menos importantes são as opções estratégicas a nível interno. Completar a modernização, aqui, significa não apenas buscar formas de reduzir as desigualdades sociais, espaciais e regionais de renda, mas resgatar o Estado para o exercício das suas funções essenciais no campo da saúde, educação, moradia e segurança. Como me dizia há dias o governador Miguel Arraes, modernizar não é apenas melhorar as comunicações, investir em tecnologias de ponta, transmitir dados por fax e dispor de uma indústria moderna e competitiva. É,

também, prover água limpa e tratada, eliminar as valas negras, sanear os rios, organizar a saúde, a educação básica, garantindo o acesso a todos. Na verdade, creio, modernizar é também reformar o setor privado, pela eliminação dos subsídios, redução dos incentivos, ampliação da concorrência, abrindo e desregulando a economia. Modernizar é não somente privatizar ao máximo todo e qualquer setor em que a iniciativa privada possa fornecer bens e serviços de forma mais eficaz e por isto mais barata ao consumidor.

Modernizar é, também, reorganizar algumas das nossas grandes estatais, não apenas no seu lado financeiro, mas pela criação de mecanismos institucionais que as preservem e as protejam dos seus verdadeiros inimigos: o próprio governo, quando as utiliza como instrumento de política econômica, fixando tarifas e preços irreais, ou levando-as a endividar-se para atender problemas de balanço de pagamento; a classe política, que, pela prática do clientelismo e do fisiologismo, busca interferir na escolha das direções, quebrando os princípios de homogeneidade e competência que são fundamentais à gestão moderna; o corporativismo, que vai tomando proporções avassaladoras, substituindo o desejado e necessário *sprit des corps*, inviabilizando economicamente as empresas e gerando sentimento de repúdio e oposição da população em geral; e, finalmente, a parcela do setor privado que, pela via da *cartelização* e do fechamento da economia, busca impor preços incompatíveis com os do mercado internacional. Modernizar é também construir instituições políticas sérias e respeitadas, eliminando as práticas eleitorais de ocasião, construindo partidos que representem propostas e ideais e aos quais se filiem, de fato e não apenas acidentalmente, aqueles cidadãos vocacionados ao exercício da função política. Tempo de eleição é tempo de renovadas esperanças. Que o povo saiba compreender, na sua intuição, o que os políticos insistem em não explicitar. E que a escolha, qualquer que ela seja, imprima ritmo e dinamismo na direção e no sentido das mudanças modernizadoras.

*Sérgio F. Quintella é empresário, membro do Conselho Monetário Nacional, vice-presidente da AB-DIB e integrante do Conselho da Universidade Católica do Rio de Janeiro.